

HABEAS CORPUS Nº 482.178 - RS (2018/0323283-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CASSIANO RICARDO MESSA RAMOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CASSIANO RICARDO MESSA RAMOS no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Os autos dão conta de que o Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Novo Hamburgo/RS, em razão da ausência de requisito subjetivo, indeferiu o pedido de concessão de livramento condicional (e-STJ fls. 44/46).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de agravo em execução perante o Tribunal de origem, que lhe negou provimento nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 71):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. LIVRAMENTO CONDICIONAL REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. A concessão do livramento condicional assenta-se na conjugação favorável dos requisitos objetivo e subjetivo a informarem modificação de comportamento e condições que permitam ao apenado ingressar no gozo da liberdade condicional. Nada obsta que o histórico carcerário do preso seja considerado para a análise do requisito subjetivo à obtenção dos benefícios execucionais, sobretudo o livramento condicional, que exige que detento demonstre senso de responsabilidade compatível com a vida em liberdade. O mérito do apenado, para a liberdade condicionada, diz com a totalidade do período de cumprimento da pena, sobrelevando, além do atestado de conduta carcerária, questões outras, ligadas diretamente ao comportamento do preso, durante o tempo de expiação, como o registro, ou não, de faltas graves. Hipótese na qual o preso, ainda que implementado o requisito objetivo, tendo iniciado o cumprimento da reprimenda em 21.12.2015, ostenta fuga do estabelecimento prisional, conduta caracterizadora de falta grave, cometida em 08.09.2016, com recaptura em 05.11.2016, ainda pendente de apuração. Histórico prisional do agravante que retrata conduta indisciplinada, mostrando-se acertada a negativa da benesse, que se revela ainda prematura, havendo necessidade de um período maior

de observação do preso. Decisão monocrática mantida.

AGRAVO IMPROVIDO.

No presente *writ*, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul alega, em suma, que o paciente preenche os requisitos exigidos para fazer jus ao livramento condicional.

Aduz que "*o paciente está paraplégico, de modo que não se envolve e não se envolverá em eventos que possam justificar a fundamentação vertida no acórdão, ao contrário, porquanto a inexistência de registro em seu desfavor ao longo deste período evindencia a aptidão para ingressar na última etapa da expiação, até porque a segregação domiciliar constitui pena cumprida*" e que, referindo-se à suposta falta grave cometida (fuga na data de 8/9/2016, com recaptura em 5/11/2016), "*se embora passados mais de dois anos desde o evento o Estado ainda não foi capaz de promover o procedimento administrativo disciplinar atinente à suposta falta, então não pode o paciente suportar os reflexos decorrentes da mora*" (e-STJ fl. 3).

Por isso, requer, inclusive liminarmente, seja cassado o acórdão proferido pelo Tribunal de origem e deferido o livramento condicional em favor do paciente.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 90/92).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 96/128 e 129/177).

O Ministério Público Federal, ao se manifestar, opinou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 180/183).

É, em síntese, o relatório.

A questão posta a deslinde refere-se ao requisito subjetivo para a concessão de livramento condicional.

Nos termos do que dispõe o art. 112 da Lei de Execução Penal, o apenado deverá cumprir os requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (atestado de bom comportamento carcerário) para a concessão do benefício do livramento condicional (§ 2º).

Todavia, esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual, ainda que haja atestado de boa conduta carcerária, a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo juízo das execuções ou, mesmo, pelo Tribunal de origem, com base nas peculiaridades do caso concreto, e, levando em consideração fatos ocorridos durante a execução penal, justifica o indeferimento tanto do pleito de progressão de regime prisional quanto de concessão de livramento condicional pelo inadimplemento do requisito subjetivo.

Nesse sentido, confirmam-se:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTA GRAVE. VIOLAÇÃO DA SÚMULA N. 441 DO STJ. MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. HISTÓRICO CARCERÁRIO CONTURBADO. ORDEM CONCEDIDA APENAS PARA AFASTAR A INTERRUPÇÃO DO LAPSO OBJETIVO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL.

[...]

2. No entanto, o histórico carcerário conturbado do reeducando pode ser utilizado para evidenciar o não preenchimento do requisito previsto no art 83, III, do CP.

3. Mesmo afastada a interrupção do lapso objetivo para a concessão do livramento condicional, não há ilegalidade no acórdão recorrido, no ponto em que reconheceu não possuir o paciente mérito para a obtenção de benefício tão amplo, haja vista possuir registro de faltas disciplinares grave e média devidamente consideradas para avaliar o requisito subjetivo.

4. Ordem concedida para afastar a interrupção prazo para obtenção do livramento condicional (HC 380.048/SP, relator o Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 22/3/2017, grifei).

[...] EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. FALTA GRAVE PRATICADA NO DECORRER DO CUMPRIMENTO DA REPRIMENDA. FUNDAMENTO IDÔNEO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

1. No tocante ao requisito subjetivo para a obtenção do livramento condicional, de acordo com o artigo 112, § 2º, da Lei de Execução Penal, a sua aferição se dá, em regra, por meio de atestado de bom comportamento carcerário expedido pelo diretor do estabelecimento no qual o condenado cumpre sua sanção privativa de liberdade.

2. Entretanto, não é vedado ao magistrado o indeferimento do benefício quando, a despeito do reeducando apresentar atestado de bom comportamento carcerário, entender não implementado o

requisito subjetivo, desde que aponte peculiaridades da situação fática que demonstrem a ausência de mérito do condenado. Precedentes.

3. Na hipótese dos autos, a Corte de origem apontou fato do histórico carcerário do paciente, que, no curso do resgate de sua reprimenda, praticou falta grave consubstanciada na posse de aparelho celular no interior da unidade prisional, circunstância que evidencia a ausência de ilegalidade ou arbitrariedade na revogação do livramento condicional concedido pelo Juízo da Execução Criminal.

4. Habeas corpus não conhecido (HC 371.375/SP, relator o Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 22/3/2017, grifei).

No caso dos autos, o Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca de Novo Hamburgo/RS indeferiu o benefício do livramento condicional, à base da seguinte fundamentação (e-STJ fl. 124):

O apenado preenche o requisito objetivo para o livramento condicional, mas possui falta grave pendente de apuração desde novembro de 2016, uma vez que está em prisão domiciliar especial, por motivos de saúde.

Nesse contexto, esclareço que não é possível deferir o benefício, pois não há como se compreender que, ainda que alcançado o tempo para o livramento, seja possível conceder ao apenado o direito de adquirir liberdade desassistida, quando seu comportamento demonstra nítida inaptidão para o convívio em sociedade e não é possível verificar qual sua conduta subjetiva atual.

Outra não é a interpretação que se extrai do comando do inciso III do art. 83 do Código Penal, que vai além de mera conduta carcerária satisfatória, exigindo comportamento satisfatório também quanto ao cumprimento das exigências legais.

O Tribunal de origem, por sua vez, manteve a decisão de primeiro grau, consignando, para tanto, que (e-STJ fls. 102/107):

Pelo que se depreende dos autos, o apenado restou condenado à pena total de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, tendo iniciado o cumprimento da reprimenda em 21.12.2015, segundo dados constantes da guia de recolhimento de fls. 23/29.

Em 28.05.2018, o magistrado a quo, entendendo não implementado o requisito subjetivo ao livramento condicional, indeferiu a concessão da benesse ao recluso (fls. 20/21), com o que não se conformou a defesa pública, argumentando que tal requisito deve ser aferido tão somente pelo atestado de conduta carcerária.

Pois bem.

A concessão do livramento condicional assenta-se na conjugação favorável dos requisitos objetivo e subjetivo a informarem

modificação de comportamento e condições que permitam ao apenado ingressar no gozo da liberdade condicional.

Tal benesse, assim como todas as demais, exige mérito do preso, a demonstração de que a periculosidade inicialmente observada restou arrefecida, ainda que timidamente, durante o cumprimento da pena. Guarda a peculiaridade, contudo, de que o preso deverá demonstrar que possui senso de responsabilidade compatível com a vida em liberdade.

E nada obsta que o histórico carcerário do preso seja considerado para a análise do requisito subjetivo dos benefícios executacionais.

Isso porque o requisito subjetivo, o mérito do preso, ao gozo do livramento condicional, diz com a totalidade do período de cumprimento de pena, sendo que não só o atestado de conduta carcerária é elemento determinante à análise da benesse, mas também questões outras, ligadas diretamente ao comportamento do preso, durante o cumprimento da pena, como o registro, ou não, de falta graves.

Aliás, quanto ao atestado de conduta carcerária plenamente satisfatória, cumpre destacar que, nos termos do RDP/RS, conforme redação dada ao § 6º do art. 14 pelo Decreto Estadual nº 47.594, de 23 de novembro de 2010, a classificação da conduta carcerária será neutra, plenamente satisfatória, regular e péssima, aferida da seguinte forma:

“[...]

§ 6º - A reclassificação progressiva de uma conduta para a conduta imediatamente superior, será automática a contar da data do cometimento da falta disciplinar e em razão da quantidade da pena aplicada, observando-se os seguintes prazos:

- a) penas até 05 (cinco) anos: 30 (trinta) dias;*
- b) penas acima de 05 (cinco) anos, até 10 (dez) anos: 60 (sessenta) dias;*
- c) penas acima de 10 (dez) anos, até 20 (vinte) anos: 90 (noventa) dias;*
- d) penas acima de 20 (vinte) anos: 120 (cento e vinte) dias.*

[...]”

Isto é, pode ocorrer que um preso, em que pese não ostente bom comportamento, registrando intercorrências disciplinares inclusive relativamente recentes, tenha a conduta classificada como plenamente satisfatória, em razão da simples inexistência de homologação de falta grave nos últimos 60, 90 ou 120 dias, dependendo da quantidade de pena a que responde.

Essa a razão pela qual não pode ser considerado isoladamente, à revelia de averiguação da vida carcerária do reeducando.

E, na hipótese dos autos, conforme a guia de execução acostada ao feito, o reeducando, tendo iniciado o cumprimento da reprimenda em 21.12.2015, evadiu-se do estabelecimento prisional em 08.09.2016, com recaptura em 05.11.2016, pendente a falta de análise, uma vez que determinando pelo magistrado a quo a

suspensão de sua análise até o aporte de laudo médico já requisitado.

Como se vê, então, a conduta do preso ainda se mostra indisciplinada, não sendo adequada a concessão do livramento condicional, no caso, pelo histórico prisional do recluso.

[...]

De todo o exposto, tenho que se mostrava mesmo precoce a concessão do livramento, sendo certa a necessidade de um período maior de observação do apenado, não me parecendo, nesse desencadear de ideias, que tenha mérito suficiente ao gozo da liberdade condicionada neste momento.

E tal entendimento, bom que se diga, não macula dispositivos infraconstitucionais e constitucionais, bem como princípios de mesma envergadura.

Da leitura dos trechos acima colacionados, verifica-se que as instâncias ordinárias lograram fundamentar o indeferimento do pedido de concessão de livramento condicional em razão da ausência do requisito subjetivo, considerando, para tanto, o histórico prisional do paciente no qual registra que ele "*evadiu-se do estabelecimento prisional em 08.09.2016, com recaptura em 05.11.2016*" (e-STJ fl. 104), o que — mesmo que esse fato, em razão da prisão domiciliar concedida desde 10/1/2017 pelas precárias condições de saúde do apenado, ainda aguarde apuração — evidencia a idoneidade da fundamentação utilizada pelas instâncias ordinárias, não havendo falar, portanto, em existência de flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem.

Como quer que seja, é firme o posicionamento desta Corte Superior de ser inviável, em *habeas corpus*, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica o reexame do conjunto fático-probatório, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL REVOGADO. FALTA GRAVE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS.

1. No caso, o Tribunal de origem revogou a benesse do livramento condicional, ante a falta do elemento subjetivo, ao entendimento de que o paciente, no curso da execução, cometera falta disciplinar

grave (fuga praticada em 2016), revelando, portanto, um comportamento carcerário não satisfatório que gera demérito para o alcance da benesse pretendida.

2. Desconstituir a conclusão a que chegou a Corte de origem sobre o não preenchimento do requisito subjetivo implicaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, o que é incompatível com os estreitos limites da via eleita.

3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no HC 386.742/RS, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe de 4/10/2017, grifei).

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. PROGRESSÃO DE REGIME. LIVRAMENTO CONDICIONAL. DECISÃO FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA REQUISITO SUBJETIVO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Nada impede, contudo, que se verifique a eventual existência de flagrante constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

2. O Tribunal de origem indeferiu fundamentadamente o pedido de progressão de regime e de livramento condicional, por entender que não estava preenchido o requisito subjetivo para obtenção dos benefícios. Na oportunidade, foi destacado o laudo do exame criminológico realizado concluiu pela inaptidão, até o momento, do retorno do paciente ao convívio social.

3. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento reiterado no sentido da impossibilidade de, na via estreita do habeas corpus, desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias sobre o não preenchimento de requisito subjetivo necessário à concessão de progressão de regime e livramento condicional, uma vez que tal providência implica no reexame do conjunto fático-probatório.

Habeas corpus não conhecido (HC 376.544/SP, relator o Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 20/2/2017, grifei.)

Diante do exposto, **denego a ordem.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator